

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.878 - DF (2019/0185202-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : THIAGO BORGES CAIXETA  
**ADVOGADO** : ADOLFO MARQUES DA COSTA - DF006457  
**ADVOGADOS** : REGIA SANTOS BRASIL - DF025459  
ANDRE CAMPOS MARQUES DA COSTA - DF039370  
**AGRAVADO** : COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP  
**ADVOGADOS** : FELIPE LEONARDO MACHADO GONÇALVES - DF013111  
VINICIUS DE MOURA XAVIER - DF031581

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por THIAGO BORGES CAIXETA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

*"DIREITO CIVIL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. TERRACAP. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. PRECEDENTE STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO.*

*1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a distribuição dos ônus sucumbenciais, quando verificada a existência de sucumbência recíproca, deve ser pautada pelo exame do número de pedidos formulados e da proporcionalidade do decaimento de cada uma das partes em relação a cada um desses pleitos. REsp 1166877/DF*

*2. A ausência de provas contundentes afasta a alegação de ilegitimidade da parte para figurar no polo passivo da demanda.*

*3. Recursos desprovidos" (fl. 324 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, foi alegada violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - ao fundamento de que o acórdão foi omissivo quanto à análise dos dispositivos supostamente violados que foram suscitados pelo recorrente;

(ii) artigos 17 e 18 do CPC/2015 - ao fundamento de que o recorrente não é parte legítima para figurar na ação intentada pela recorrida; e

(iii) artigo 355, I, do CPC/2015 - ao fundamento de que existiam provas testemunhais a serem produzidas e que, por essa razão, o Juízo de primeira instância não poderia ter julgado o feito sem antes permitir que o recorrente as produzisse.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 433-436 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

## DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No que toca à alegada negativa de prestação jurisdicional - violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 -, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS. EFEITOS INFRINGENTES PRETENDIDOS. INVIABILIDADE.*

*1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.*

*2. Embargos de declaração de METHANEX CHILE S.A. (e-STJ fls. 2.379/2.385) rejeitados" (EDcl no REsp 1.596.081/PR, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, julgado em 22/8/2018, DJe de 24/8/2018).*

Registra-se que, mesmo à luz do novel art. 489 do Código de Processo Civil/2015, o órgão julgador não estaria obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre aqueles capazes de, em tese, de algum modo, infirmar a conclusão adotada pelo órgão julgador (inciso IV).

A motivação contrária ao interesse da parte ou mesmo omissa em relação a pontos considerados irrelevantes pelo julgador não autoriza o acolhimento dos embargos declaratórios.

Quanto à legitimidade passiva do recorrente, a Corte estadual, ao concluir pela sua existência, incursionou detalhadamente na apreciação do conjunto fático-probatório, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque o seguinte trecho:

*"(...)*

*Quanto à suposta ilegitimidade passiva do réu, observa-se dos documentos de fls. 13/21 que o imóvel em litígio está inserido em área de*

# Superior Tribunal de Justiça

*propriedade da TERRACAP.*

*Ora, o réu alega que a autora propôs ação reivindicatória em desfavor de Baltazar Geovane Caixeta e outros, com objeto semelhante ao dos presentes autos, a qual foi extinta sem julgamento de mérito, em decorrência da TERRACAP não ter dado regular prosseguimento ao feito. Afirmou que não é possuidor da área objeto da demanda, constituindo-se apenas em preposto de seu genitor, Baltazar.*

*Ocorre que, a despeito de suas alegações, o réu não trouxe aos autos provas contundentes para embasar sua tese, tendo apresentado meras cópias de ações judiciais que não são aptas a demonstrar o direito que alega possuir, nem tampouco comprovou alegações referentes à posse do imóvel por seu genitor.*

*Ademais, como bem consignou a douta sentenciante Dra. Clarissa Menezes Vaz Masili e que adoto como razões de decidir o seguinte excerto: '(...) Ainda que o demandado argumente ser mero detentor da região, cuja posse seria exercida, em verdade, por seu pai, a situação subjacente aos autos não permite tal diferenciação. Com efeito, a partir dos dados apresentados com a petição inicial, o imóvel reivindicado é de natureza pública e, assim, inexistente a possibilidade de efetivo exercício de posse e, portanto, de sua diferenciação da relação jurídica de detenção. Assim, se o demandado utiliza o bem por qualquer título que não negócio jurídico celebrado com a proprietária do imóvel público, vislumbro sua pertinência subjetiva para o processo, nos moldes do artigo 17 do Código de Processo Civil'.*

*Legítimo, portanto, o réu, para figurar no polo passivo da lide" (fls. 329-330 e-STJ).*

Desse modo, no que concerne à discussão da legitimidade passiva do recorrente, o Tribunal local apenas alcançou o entendimento supracitado a partir de detida análise de fatos e provas. Rever tal conclusão para eventualmente atender favoravelmente à insurgência recursal exigiria, por parte desta Corte, o reexame de matéria fática, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.

A propósito:

*"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SUSPENSÃO INDEVIDA DE PERMISSÃO PARA REALIZAR TRANSPORTE COLETIVO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. RECONHECIMENTO, PELO ACÓRDÃO RECORRIDO, À LUZ DOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS E MATERIAIS. OCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.*

*II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravada em face do Município de São Paulo e de São Paulo Transportes S/A - SPTRANS, com o objetivo de obter indenização por danos materiais e morais,*

# Superior Tribunal de Justiça

além de lucros cessantes, em razão da suspensão indevida de permissão para realizar transporte coletivo. O acórdão do Tribunal de origem manteve a sentença, que julgara procedente, em parte, o pedido.

**III. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, à luz dos fatos e provas dos autos, no sentido da legitimidade passiva ad causam do recorrente, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.**

IV. Do mesmo modo, a revisão das conclusões do Tribunal de origem, que reconheceu a ocorrência de danos morais e materiais indenizáveis, não prescindiria do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, de forma a atrair, uma vez mais, a incidência da Súmula 7/STJ.

V. Agravo interno improvido" (AgInt no AREsp 1481093/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/9/2019, DJe 16/9/2019 - grifou-se).

Ademais, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Por fim, quanto à alegada violação do art. 355, I, do CPC/2015, é certo que compete à instância originária a atribuição de definir se é necessária ou não a produção de outras provas, além daquelas já carreadas aos autos, para fins de convencimento do Juízo.

No caso concreto, o entendimento da Corte *a quo* acerca do mérito da demanda decorreu da análise do conjunto fático-probatório existente nos autos, o qual foi considerado suficiente para fins de solução do litígio.

Rever tal conclusão também demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.**

**1. O acolhimento da pretensão recursal no que toca ao cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide demandaria revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice na Súmula 7 do STJ. Precedentes.**

2. O aresto hostilizado está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual é indevida a recusa pela operadora de plano de saúde, da cobertura financeira do tratamento médico do beneficiário, ainda que admitida a possibilidade de previsão de cláusulas limitativas dos direitos do consumidor (desde que escritas com destaque, permitindo imediata e fácil compreensão).

2.1. Revela-se abusivo o preceito do contrato de plano de saúde excludente do custeio tratamento consistente no uso off label de medicamento, o qual era imprescindível à conservação da vida e saúde da beneficiária do plano de

# *Superior Tribunal de Justiça*

*saúde. Incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.*

3. *Agravo interno desprovido*" (AgInt no AREsp 1072354 / MS, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA julgado em 9/9/2019, DJe 12/9/2019-grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários foram fixados no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), cabendo ao autor (ora recorrido) o pagamento de 2/3 (dois terços) dessa quantia e ao réu (ora recorrente), 1/3 (um terço), devidos ao advogado da parte contrária.

Assim, em observância ao art. 85, §§ 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) a verba honorária atribuída ao réu, ora recorrente, sobre o valor arbitrado pela Corte local (1/3 de R\$ 3.000,00), em favor do patrono da parte recorrida, observando o benefício da gratuidade de justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator